

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA – As relações na pesquisa

Carlos Xavier de Azevedo Netto¹
UFPB
Bolsista de produtividade do CNPq

Resumo: A relação entre informação e memória tem sido temática de pesquisa em diversos grupo e disciplinas no país. O aumento e desenvolvimento das pesquisas são inerentes, diretamente ou indiretamente, ao processo de globalização. Dentro do universo de estudo que estão sendo levados a cabo, na realidade observada no nordeste brasileiro optou-se por discutir a relação entre informação e memória sob o prisma da questão do patrimônio cultural, quer de natureza material, quer imaterial, de modo sincrônico ou diacrônico. Assim, foi constituído um grupo de pesquisa no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da UFPB,. Dentro desse grupo foi construída uma linha de pesquisa denominada de “Informação e Memória”, de modo multidisciplinar e multi-institucional, abrigando pesquisadores das áreas de arqueologia, história, museologia e biblioteconomia, de universidades do nordeste e sudeste. A sua consolidação parte dos pressupostos da Ciência da Informação, Arqueologia, História, antropologia e as teorias da representação e semiótica, adotando como suporte os elementos da cultura material como forma de aproximação da cotidianidade através da recuperação informacional dos seus atributos constitutivos. As temáticas estão centradas na questão do

¹ Arqueólogo, Doutor em Ciência da Informação. Coordenador do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR/UFPB.

patrimônio cultural, primeiramente a cultura material, como forma de reconstruir e agrupar as referências de memórias coletivas para a formação e consolidação de identidade, representadas nos vestígios de documentos e monumentos oriundos da cultura material. E essas abordagens estão centradas na questão da produção, tratamento, organização e disseminação da informação patrimonial com vistas a consolidar processos de criação e solidificação da cidadania.

Palavras-Chave: Informação; Memória; Cultura Material

Abstract:

The relationship between information and memory has been research theme in several group and disciplines in the country. The increase and development of the researches are inherent, directly or indirectly, to the globalization process. Inside of the study universe that you/they are being carried out, in the reality observed in the Brazilian northeast she opted to discuss the relationship between information and memory under the prism of the subject of the cultural patrimony, he/she wants of material nature, he/she wants immaterial, of synchronous way or diachronic. Thus, a research group was constituted in the Nucleus of Documentation and Regional Historical Information, of UFPB. Inside of that group it was built a line of denominated research of "Information and Memory", of way multidisciplinary and multi-institutional, sheltering researchers of the archeology areas, history, museology and librarianship, of universities of the northeast and southeast. His/her consolidation leaves of the presuppositions of the Science of the Information, Archeology, History, anthropology and the theories of the representation and semiotics, adopting as support the elements of the material culture as form of approach of the day-to-dayness through the recovery informational of their constituent attributes. The themes are centered in the subject of the cultural patrimony, firstly the material culture, as form of to rebuild and to contain the references of collective memoirs for the formation and identity consolidation, acted in the tracks of documents and monuments originating from of the material culture. And those approaches are centered in the subject of the production, treatment, organization and

spread of the patrimonial information with views to consolidate creation processes and solidification of the citizenship.

Key words: Information; Memory; Material Culture

INTRODUÇÃO

A formação de um grupo de pesquisa tem como um dos pressupostos a coerência entre o tema proposto e a prática exercida pelos seus membros. No caso da relação entre informação e memória, deve-se deixar claro que se trata de um grupo multidisciplinar, que abriga áreas do conhecimento distintas, mas que possuem como nexos comuns a questão da representação, já que a memória está representada em suportes informacionais distintos. Entendendo-se que, a questão da memória coletiva só se viabiliza nos processos sociais de transferência da informação, onde se utilizam artefatos, monumentos/documentos (LeGoff, 2003) como instrumentos de representação de identidades culturais e reafirmação de cidadania.

A questão da representação vem assumindo cada vez mais importância dentro de círculos especializados de conhecimento. Esta faceta é bem observada, quando nos deparamos com duas formas de inovações, as tecnológicas e as de hábitos lingüísticos, recentemente ocorridas, sendo que:

(...) As mais visíveis são as inovações tecnológicas: todos nós temos consciência das projeções dos cientistas da informação, que predizem o fim dos documentos impressos e bibliotecas, consideradas caminhos anacrônicos de comunicação, em benefício do sistema de processos de informação de conhecimento (KIPS), sob esta designação ou outra, fornecendo formas mais eficientes e custos mais baixos ao acesso ao conhecimento especializado (veja, por exemplo, Kilgour 1984). Um outro

tipo de inovação, menos espetacular, mas muito mais radical, tem a ver com os nossos hábitos lingüísticos. Podemos ainda observar, em um discurso de universo restrito, a aparição de formas 'artificiais' de expressões simbólicas, como substitutas para expressões simbólicas consideradas como 'naturais', apenas em virtude do fato de estarem proximamente relacionadas à linguagem natural ou a 'uma outra'. (Gardin, 1992, p. 100)

Assim o presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir a relação entre informação e memória por meio da sua prática de pesquisa efetuada na abordagem de fenômenos culturais que estão mediados pela informação e pela memória. Essas práticas de pesquisa estão sendo levadas a cabo na linha de pesquisa, "*Informação e Memória*", está contida em um grupo de pesquisa denominado de "*Informação, Cidadania e Memória*", que é composto por um conjunto de ações, de origens disciplinares diferentes, que buscam tratar da relação entre a informação e a memória, por meio de estudos que se reportam as questões de gênero, etnia, patrimônio cultural e identidade, que se cristalizam na produção decorrente desses estudos, na forma de publicações. Tal grupo encontra-se sediado na Universidade Federal da Paraíba.

INFORMAÇÃO

O conceito de informação há muito vem despertando uma série de discussões a respeito da sua delimitação, bem como as suas formas de uso, tanto no nível social, cotidiano, quanto no nível analítico, dentro da Ciência da Informação. Zeman, incorporando o materialismo dialético aos estudos da informação, considera-a como uma qualidade da realidade material a ser organizada, considerando que "*Na 'corrente de informação', Zeman conclui que 'a informação não existe fora do tempo, fora do processo: ela aumenta, diminui, transporta-se e conserva-se no tempo'*". Pinheiro e Loureiro (1995, p. 45). A Informação só existe na presença do homem, como seu receptor, já que é nesta instância que se dá o

reconhecimento da Informação, mas incluindo aí o homem não só como indivíduo, mas também como ser e ator social. A presença do homem no processo informacional pode estar relacionada à visão da Informação considerada como artefato (Pacheco, 1995), no sentido de ser um produto de confecção humana, sem existência própria na natureza, já que ela é uma ferramenta, produzida e/ou percebida pelo homem, como um dos elementos necessários para a construção do conhecimento. Como artefato, a Informação só tem existência quando é percebida como tal, e só é estabelecida esta percepção quando, de algum modo, em alguma circunstância, é criada uma relação de significação. Assim essa relação é efetivada na medida em que:

Se a informação é um artefato ela foi criada num tempo, espaço e forma específica, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada - o contexto de sua geração. Sendo artefato ela pode ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto passível de recontextualização. Pacheco (1995, p.21)

Voltando a Zeman, a informação não é um fenômeno afeito somente aos aspectos de quantificação, não se trata de um termo ou conceito exclusivamente matemáticos. Ela não pode ser abordada somente do ponto de vista da medida de organização, ou outras medidas, mas, principalmente, sob a ótica da organização em si, enquanto processo resultante de fatores de ordens diversas (social, cultural, moral, ético, etc.). Para Zeman, portanto:

A informação é, pois, a qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar este estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar um sistema, de criar (o que constitui, igualmente, sua capacidade de desenvolver a organização). É, juntamente com o espaço, o tempo e o movimento, uma outra forma fundamental de existência da matéria - é a qualidade de evolução, a capacidade de atingir qualidades superiores. Não é um princípio que existiria fora da matéria e independentemente dela (como são, por exemplo, o princípio idealista da entidade ou o termo da "entelequia") e sim inerente a ela, inseparável dela. Zeman (1970, p. 157)

Concordando-se explicitamente com a visão da informação enquanto artefato, vendo-a como resultado da ação intencional de uma forma de registro, esta informação passa por diversos níveis de interpretação, por conseguinte de contextualização, dentro do processo,

já mencionado, de interlocução, no qual a experiência-distante passa a ser a experiência-próxima. Reconhecendo-se que, nesta recontextualização, deve-se levar em conta dois fatores de afastamento para o entendimento das novas interpretações dessa informação, o tempo e o espaço, poder-se-ia discutir, nesse ponto, as novas tecnologias de informação, as redes de informação, a Internet etc., mas essa discussão acabaria fugindo do foco central do trabalho, se bem que, estes dois fatores não devem ser levados em conta sob seu aspecto físico, mas sim sob o prisma da cultura, ou seja, a distância espaço-temporal de uma cultura, ou seu momento, para outra.

Assim, a informação aqui considerada é aquela que diz respeito a uma produção de significados socialmente aceitos. É aquele fenômeno em que há não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo, que implica na sua própria reprodução, já que a dimensão espacial é extremamente dinâmica, dentro da sua recontextualização. Vendo aí uma questão de identidade, já que a informação implica em significação, ela poderia estar restrita a setores ou segmentos culturais, que podem ser mais ou menos permeáveis, produzindo, assim, novos significados sobre a informação disseminada.

No que diz respeito à circunscrição da informação exclusivamente ao universo humano, recorreu-se a Bronowski (1997) para detalhar essa especificidade. No pensamento deste Auro, a informação não faz parte dos processos de comunicação entre os animais, já que estes não fazem uso de informação, mas sim, instrução. Para a diferenciação entre estes dois conceitos, o autor aborda as formas como são constituídos e interpretados os impulsos que configuram a informação. Enquanto que, na comunicação animal, os impulsos somente têm uma possibilidade de interpretação. No caso humano há uma multiplicidade de possibilidades de acordo com as formas de perceber e pensar de cada receptor. Assim, Bronowski (*idem*) incorpora a subjetividade nos processos informacionais, já que não é possível, nem ao emissor (quanto for humano), nem ao receptor, estar desvinculado das emoções, o que torna a informação, a partir dessa ótica, um produto exclusivamente humano e, portanto, um artefato.

IDENTIDADE

Atualmente, a questão da identidade tem sido abordada com destaque nas várias esferas sociais de discussão em razão, principalmente, dos processos de globalização e diluição das fronteiras nacionais. A afirmação e reafirmação de identidades passam a ser vista como uma forma de sobrevivência e auto-referência de diversos grupos e regiões. Essa diversificação de identidades é resultado de um processo de diluição dos corpos culturais compactos em todas as esferas da identidade, revelando que:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. Hall (2002, p.13)

Para o conceito de identidade, a sua construção pode ser vista a partir do discurso da Antropologia, inserido dicotomicamente, segmentado genericamente em *identidade étnica*, *identidade nacional*, *identidade de gênero*. Essa segmentação é construída com base na distinção entre o individual e o coletivo, em relação à construção de identidades, em que:

O primeiro grande foco sob o qual podemos observar os embaraços da identidade é o da relação entre “identidade pessoal” e “identidade social”. O primeiro termo tem uma preeminência instauradora em nossa cultura, só contra a qual se pôde desenhar o sentido de “identidade social”, permanecendo, portanto, de certa forma presente sob o desenho deste segundo termo e impondo-lhe vicissitudes muito peculiares. Duarte (1997, p.71)

Esse posicionamento leva o conceito de identidade a relacionar-se diretamente com a classificação, já que é através dela que se inclui ou não determinado elemento dentro de um segmento dado, “identificando-o” com um grupo de coisas semelhante ou não. O que leva a relacionar o segundo foco da identidade, que passa, de acordo com Duarte (1997), pela

definição filosófica do princípio de identidade, formulado originalmente por Aristóteles, onde um ente não pode, em um mesmo espaço-tempo, ser e não ser. E é:

Sob este ângulo a questão da identidade articula-se com os problemas da dicotomia de indivíduo/sociedade e com seus diversos corolários, entre os quais o da moderna partilha entre os saberes “psicológicos” e os saberes “sociológicos” e - sob um certo prisma – entre os reinos da emoção e da razão. Durkheim é aqui mais uma vez fundamental, dada a especificidade de que se cerca em sua obra o estatuto do “indivíduo” face à realidade e extensão dos “fatos sociais”. Duarte (1997, p. 71)

Neste foco, a identidade passa a ser vista como estreitamente relacionada com o conceito de identificação, já que passa pela esfera relacional, entre o indivíduo e seu grupo e entre os grupos que se relacionam. Portanto a:

[...] identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural [...] esta identidade resulta unicamente das interações entre grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações. Cucho (2002, p.182)

MEMÓRIA

De modo geral podemos considerar a memória (que será discutida mais adiante), em aproximação com os processos mnêmicos, colocando:

A Memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LeGoff, 2003, p. 419)

No escopo dessa linha de pesquisa, a relação entre memória e identidade está mediada pelo documento em seus mais variados suportes, desde os mais tradicionais, até os objeto que compõe a cultura material, já que são elementos que trazem consigo a historicidade necessária para o reconhecimento desses constructos. Entendendo a memória como o encadeamento de elementos que remetem a um passado, real ou fantástico, e que são dados na esfera da consciência individual ou, principalmente, coletiva, que é referendada no reconhecimento dos patrimônios culturais, recuperados. A multiplicidade de memórias presentes na vida cotidiana leva a considerar que:

A questão fundamental continua sendo a dos atributos da memória. Todos sabiam que uma memória não se molda necessariamente a uma ordem cronológica, que ela pode ser irruptiva, projetiva, confusa, contraditória... As funções culturais das memórias ditas coletivas não correspondem senão a uma maneira possível, dentre outras, de estabelecer uma ordem dinâmica de traços mnêmicos. [...] A memória não deixa de brincar com a identidade, embora mantenha um pacto com ela. Para quem quer que seja, o interesse conferido a lembrança só se torna princípio de satisfação na confusão das evocações nesse emaranhado que chama outras lembranças, ainda que a busca da verdade ou da autenticidade seja a sua finalidade aparente. Jeudy (1990, p. 19)

Essa concepção de memória retira da monumentalidade histórica o seu poder de representação, passando esse poder para outros elementos que registram o cotidiano, na forma dos objetos da cultura material, já que:

Ao tornar-se marco e finalidade de um vasto programa, a memória não pode mais ser tratada, como tem sido, pela lógica dos Monumentos históricos. Ela assume esse aspecto enigmático para todos e não mais apenas para os profissionais da história e da conservação. Torna-se **arqueologia social**.(Grifo nosso) Jeudy (1990, p. 16)

As novas tecnologias, voltadas para os processos de globalização, trazem em si dois movimentos distintos, a rarefação e a reafirmação (Jeudy, 1990). A rarefação se dá mediante as fronteiras nacionais, economicamente estabelecidas. A outra é marcada pela reafirmação das identidades culturais locais, como um movimento em busca do equilíbrio, desfeito pela rarefação. Nisso, Jeudy (1990, p.88), afirma que *“Nos sistemas de comunicação e*

de informação, a noção de memória adquiriu um sentido determinante. A memória é operacional, participando tanto da estocagem da informação quando de seu tratamento.”

REPRESENTAÇÃO NA CULTURA MATERIAL – Os suportes de informação

Nesse prisma, a questão da identidade, vista através da cultura material é entendida pelos mecanismos de representação que são atribuídos aos objetos que fazem parte de um mesmo marco cultural. Sob o ponto de vista da Arqueologia, os artefatos são alguns dos atributos constitutivos de uma determinada cultura que, em si, necessita de estabelecer sua singularidade, sua identidade. A representação da cultura material foi caracterizada:

[...] como único fenômeno cultural codificado duas vezes: uma vez na mente do artesão e a outra na forma física do objeto. Essa dupla codificação permite comparar os três fenômenos culturais, ou seja, o artefato, bem como seus aspectos cognitivos e comportamentais. Constitui, ao mesmo tempo, o único meio de se inferir algo sobre formas culturais do passado. Newton (1986, p. 15)

Tendo em vista o caráter fundamental da representação para a Arqueologia, cabe aqui explicitar o que se entende por representação e qual instrumental teórico se elegeu para seu estudo. Como a construção do conhecimento do mundo se dá através da representação (Cassirer, 1977), enquanto um modo de interação do ser simbólico com o real esta relação se constrói em três *lócus* distintos e consecutivos. Esses três *lócus*, ou momentos do conhecimento foram denominados por González de Gomez (1993) como momento ontológico, gnosiológico e semiótico, respectivamente. No momento ontológico, a representação opera por intensidade qualitativa, na esfera do intelecto. O momento gnosiológico pode ser caracterizado pela cotidianidade da representação, que se dá na vivência prática da representação. Quanto

ao momento semiótico, ela passa pela figura do signo, sendo definida pelos processos de semiose que promovem.

A questão do signo como representação e a representação como signo vem permeando o discurso filosófico desde os escolásticos medievais até a atualidade (Nöth, 1998, 1999). Podendo-se dividir o ato da representação em dois tipos básicos, de acordo com Santaella; Nöth (1998), a representação mental, que abarca as representações internas ao dispositivo do processo informativo, quando há processos intra-subjetivos de pensamento e memória que consubstanciam a formação da representação, e as representações públicas, que são externas ao dispositivo informativo e se prendem à ocorrência de processo intersubjetivo, também de pensamento e memória, em que as representações de um sujeito afetam as de outro, através de modificações em seus ambientes comuns.

A inserção da História, no sentido de um registro no tempo de um evento socio-cultural, como um elemento do processo de representação/classificação, propiciará à relação taxonomia/*mathêsis* inserir o signo em sua dinâmica e uso. O significado, então, é construído a partir do uso que lhe é conferido e do contexto de seu usuário. Desse modo, passando pelo viés da individualização e particularização, a representação não seria homogeneamente reduplicado, fator que lhe conferiria uma analogia com o conceito de Semiose Ilimitada (Eco, 1980, p.60), fenômeno este, que ocorre na esfera do interpretante, já que:

uma criatura do signo que não depende estritamente do modo como uma mente subjetiva, singular possa compreendê-lo. O Interpretante não é ainda o produto da pluralidade de atos interpretativos, ou melhor, não é uma generalização de ocorrências empíricas de interpretação, mas é um conteúdo objetivo do próprio signo. O dever do interpretante é, pois, um efeito do signo como tal e, portanto, depende do ser do signo e não apenas e exclusivamente de um ato de interpretação subjetivo. (Santaella, 1995, p. 85)

Para se entender a relação entre a memória, identidade e cultura material recorre-se à arqueologia, como uma disciplina competente para discutir essa relação. Com o advento da “*New Archaeology*” (Binford, 1992), a questão da representação passa a ocupar um lugar de destaque dentro da teoria arqueológica, passando da mera descrição dos artefatos, em especial aqueles mais exóticos ou valiosos, para a constatação de que os artefatos resultam de

comportamentos humanos. Com o desenvolvimento do pensamento arqueológico, sua afirmação, enquanto ciência volta-se cada vez mais para os aspectos relativos à representação, chegando a considerar que a natureza da Arqueologia está inserida dentro da teoria de representação, que pode ser exemplificada pela “*Arqueologia do Saber*” de Foucault (1987).

Mas é na instauração de uma perspectiva “pós-positivista” na Arqueologia, que a representação efetiva seu papel junto com a etapa da pesquisa arqueológica, privilegiando, neste momento, a interpretação. Sob este prisma, a análise das representações da Arte Rupestre brasileira, estaria calcada na análise do próprio discurso dos arqueólogos sobre estes fenômenos estéticos. O registro arqueológico² passa, então, a ser visto não mais como algo passível somente de descrição, mas como testemunhos que representam comportamento culturais passados, que devem ser interpretados, à luz do instrumental teórico disponível, para o entendimento da dinâmica sócio-cultural de quem os produziu. Para tal, visualiza-se esse registro como um sistema simbólico, em um piso hermenêutico e semiótico, onde se aglutinam as vertentes simbólicas, cognitivas e contextuais (Gardin, 1992).

Como tal, os artefatos podem ser considerados signos de condutas, regras, eventos e disputas de grupos sociais. É na materialidade desses signos, que se potencializa o acesso ao conhecimento arqueológico, que são objeto dos diferentes procedimentos analíticos da Arqueologia. Mas :

Essa é uma estrutura fundamental do signo puramente formal? Sem dúvida não, desde que aparece como consequência de uma origem comum, a qual será chamada de função simbólica. (...) Para Hughlings Jackson (1932), não apenas a linguagem, mas também a escrita e a pantomima são representações de comportamento; eles pertencem ao mesmo fundamento, a qual permite representar através de signos e imagens. Para Head (1926), um tipo particular de comportamento existe, o qual é chamado de uma atividade de expressão simbólica e formulação, na qual um símbolo, lingüístico ou não, está presente em todo o processo entre o início e a execução de um ato; dentro dessa categoria de atividades são identificados comportamentos como linguagens e escritas diversas, assim como o cálculo, a música, planos e itinerários, projetos, dados e etc. Molino (1992, p. 17)

² Considera-se como registro arqueológico, os elementos que compõem o contexto arqueológicos, que são: os artefatos, os elementos naturais de entorno, a distribuição espacial desses elementos, e também a Arte-Rupestre.

A partir de uma ótica fundamentada na noção de “*função simbólica*” das expressões materiais da cultura, dada pela perspectiva do campo situado no encontro da semiótica e da hermenêutica, os estudos a respeito do caráter representacional da Arqueologia, são divididos em várias tendências, de cunho teórico-paradigmático, e de acordo com Gardin (1992, p. 87) em um nível meta-teórico. Estas tendências são identificadas a partir de suas características fundamentais, dentro de uma abordagem semiótica da Arqueologia, bem como as relações entre elas, e seu papel frente à interpretação da informação do registro arqueológico.

A Informação contida nos objetos do cotidiano, enquanto fenômeno cultural é identificada e localizada de acordo com o estado que tais manifestações se apresentam para o seu receptor, já que é ele que vai constatar seus limites e contornos. Esta Informação pode se apresentar de várias formas e de naturezas diversas, desde as mais técnicas, passando pelas formais, até as interpretativas, como foi abordado por Azevedo Netto (1998). Cabe aqui ressaltar que, nem sempre, tais informações se apresentam em sua totalidade em um único evento desta natureza, uma vez que o tempo e as intempéries interferem na conservação das obras, chegando, muitas vezes, a alterar o seu sentido.

Uma das formas de se perceber a informação contida nos artefatos pode ser chamada de informação relacional. Este tipo de informação está contido na especificidade das variações espacial e temporal, detectadas dentro da distribuição dos signos. Tais variações são observadas a partir das afinidades estruturais e formais, somadas à da organização discursiva, sempre referendada pela especificidade de código de cada unidade cultural considerada. Ou seja:

O esforço de entender a mudança dos desenhos, em forma e conteúdo, no tempo e no espaço, consiste na elaboração de uma série tipológica a partir dos motivos e associação de motivos ou de propriedades de organização e recorrência em correlações sustentadas (Cf. Garadín, 1978a, Hernández Llosas, 1985, Achero, 1988)”. As mudanças tanto como as organizações discursivas delimitariam em que consiste a duração do estilo são marcadores de fronteira étnica que obrigam a reaver e inventar conceitos para abordar, desde uma periferia sempre deslocada, uma visualidade que se deriva de um plano de significação do mundo e que requer, por isso mesmo, uma antropologia do visual. Rocchietti (1991, p.27)

Portanto, a cultura material é o conjunto de elementos que fornecem ao grupo um referente de comportamentos partilhados dentro de um determinado contexto sócio-cultural. Essa relação se dá quando observamos esses elementos, em seus contextos cotidianos como signos. Essas formas representacionais estabelecem um nexos que permite a sua interpretação (quando se entende como o meio de construção de significados) de acordo com o seu contexto cultural. Mas deve-se observar, para que as confiabilidades das interpretações sejam consolidadas, que sua abrangência e/ou especificidade seja ponderada ao nível de informação que se dispõe sobre cada grupo específico, e em cada momento específico de sua história, que pode ser visualizado nos reflexos que apresentam nos conjuntos documentais que são o artefato relacionado no espaço e do tempo.

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA – Constituição dos processos de pesquisa

Como foi apresentado por LeGoff (2003), a memória, em uma primeira instância, seria a capacidade de armazenar determinadas informações, quer por um indivíduo, quer por um grupo, uma comunidade. A partir deste ponto a relação da memória com a informação começa a ser estabelecida, sob o ponto de vista geracional. Mas quanto à forma de produção de conhecimento, as abordagens sistemáticas da informação são relacionadas com a memória, e vice-versa. Ou seja, que objetos, percursos e discursos podem ser produzidos a partir da relação em pesquisa da informação e memória, que vá além da relação primeira estabelecida por LeGoff.

Quanto à relação entre informação e memória, ela pode ser considerada, na medida em que um determinado elenco de informações que se referem ao passado de um grupo são reunidas e relacionadas entre si, como forma de dar um sentido de compartilhamento de passados, constantemente construídos e reinterpretados. Assim pode-se exemplificar a relação

entre a informação e a memória na multiplicidade de suportes que a informação pode assumir, no seu processo de representação através da cultura material, expressos como documentos e monumentos (LEGOFF, 2003).

As formas de demonstrar como esses relacionamentos se dão é a partir de exemplos das repercussões do grupo de pesquisa Informação, Cidadania e Memória³. Essas repercussões estão afeitas aos produtos de pesquisa produzidos por esse grupo acerca dos fenômenos informacionais ligados diretamente à esfera da memória e da cidadania, além dos treinamentos e orientação de alunos em diversos programas de pós-graduação e prestar serviços à sociedade, no tocante à preservação do patrimônio cultural, visando o reforço das identidades culturais, quer de gênero, étnica e outras.

Os produtos mais visíveis dentro de um projeto de pesquisa são suas publicações, nas diferentes áreas de atuação dos membros do grupo de pesquisa. Várias são as vertentes que podem relacionar a informação e a memória, mas para discussão no presente momento, optou-se por abordar uma forma básica, a de cunho de recuperação e construção de memórias, em suportes de informação de qualquer natureza. Duas disciplinas se destacam com maior presença neste cenário, a Arqueologia e a Museologia. Ambas se aproximam quando procuram, em documentos não textuais, a recuperação da informação que possa servir para o processo de construção da memória e consolidação de identidades culturais.

Uma faceta desta relação que deve ser destaca em primeiro lugar está relacionada aos processos de disseminação das informações patrimoniais, comumente denominada de educação patrimonial. Nessas ações, a informação coletada, tratada e interpretada é disseminada para as comunidades relacionadas a determinado tipo de patrimônio, quer seja material ou imaterial⁴, como foi apontado por Azevedo Netto (2004). Entendendo que a noção

³ A linha de pesquisa Informação e Memória, dentro do grupo de Pesquisa Informação, cidadania e Memória, está composta de cinco pesquisadores que imprimem um caráter multidisciplinar e multi-institucional na sua constituição. Como caráter multidisciplinar, ela se apresenta com pesquisadores das áreas de Arqueologia, Museologia e Biblioteconomia. Como multi-institucional, as instituições de origem dos pesquisadores são: Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

⁴ A questão da natureza material e imaterial do patrimônio cultural deve ser melhor discutida não so com base em preceitos legais, mas também antropológicos, arqueológicos e educativos.

de documento (LEGOFF, 2003) está muito próxima da noção de informação, quanto a sua disseminação em relação ao patrimônio cultural, pode-se dizer que:

Há uma estreita relação entre patrimônio, no tocante a identidade e memória, com uma nova face de documentos que é a cultura material. Os restos produzidos, utilizados e abandonados pelos grupos humanos nos locais que ocuparam, em suas múltiplas ações (sobrevivência, ritual e etc.), representam as formas de condutas que esses indivíduos estabeleceram entre si no uso dos materiais que foram observados. Com isso, entendendo a cultura material, a partir da visão arqueológica, como o conjunto de artefatos, utensílios, estruturas e espaço que o homem, no seu cotidiano, faz uso e reflete suas ações, como foi apontado por Azevedo Netto (2005). Assim, a cultura material assume o papel de documento de condutas, de fazeres, como foi indicado por Pesez (2001). (AZEVEDO NETTO, 2004, p. 79)

Não se deve aqui pensar que a relação entre informação e memória só se dá a partir da disseminação, com isso outras facetas desta relação também devem ser mencionadas. Assim, quando Loureiro (2001) discute a construção de sentidos a partir da musealização de elementos que possam dar suporte a processo de educação ambiental, está na realidade, estabelecendo um nexos de significância entre um suporte informacional museográfico, com um processo de reconhecimento a partir da referenciação da memória. Já quando Aquino et al (2007) procura tratar a informação sobre a cultura africana e afrodescendente de modo a produzir um vínculo identitário, ele passa pela sua estruturação enquanto documentos de memória. Desta ótica pode-se observar a recuperação, tratamento e disponibilização da informação enquanto referência de memória coletiva.

No tocante a recuperação da informação do passado, pode-se apontar o trabalho de Galindo (2005), que estabelece um vínculo entre a informação e a disciplina da História, abordando o aspecto das informações sobre a História do Brasil nos arquivos holandeses. Outro exemplo desta relação está nos trabalhos de Azevedo Netto; Freire; Lacerda (2004), quando trata das formas de representação das informações imagéticas que compõem o acervo da Biblioteca Digital Paulo Freire. Mesmo as formas de discussão sobre a formação de discursos que procuram dar conta da interpretação da arte rupestre passam pela necessidade de entender como a informação foi processada para ser representada, como aponta Azevedo Netto (2005). Portanto, a relação que se estabelece entre a memória e a informação, dentro dos

processos de pesquisa sistemática, pode ser traçado da seguinte forma: do dado se produz a informação, essa informação quando socializada é incorporada ao discurso de determinada comunidade e, a partir daí, ela passa a ser uma referência para o desenvolvimento desse mesmo grupo.

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. A. ; COSTA, A. R. F. ; WANDERLEY, A. C. C. ; LIMA, I. F. ; SANTIAGO, S. M. M., 2007. A ciência em ação: o museu virtual de magens da cultura africana e afrodescendente. *Inclusão Social*, v. 2, p. 18-29.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de, 1998. A Natureza da Informação da Arte Rupestre: A proximidade de dois campos. *Informare - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação*, Rio de Janeiro: UFRJ/ECO-IBICT/DEP, v. 4, n. 2, Jul / Dez., p. 55-62.

AZEVEDO NETTO, C. X. , 2004. Educação patrimonial e identidade: a memória dos quilombos. *Temas em Educação*, v. 13, p. 67-82.

AZEVEDO NETTO, C. X. , 2005. Informação da arte rupestre - Um problema de discurso. In: Manuel Santos Estévez y Andrés Troncoso Meléndez. (Org.). *Reflexiones sobre Arte Rupestre, paisaje, forma y contenido - TAPA 33*. Santiago de Compostela: Laboratório de Arqueología da Paisaje - Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento, v. 33, p. 17-28

AZEVEDO NETTO, C. X. ; FREIRE, B. M. J. ; LACERDA, P. E. , 2004 . A Representação de Imagens no Acervo da Biblioteca Digital Paulo Freire - Propostas e percursos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3.

BINFORD, Lewis R, 1992. *Debating Archaeology – Studies in Archaeology*, 9ª edição, San Diego, Academic Press.

BRONOWSKI, Jacob, 1997. *As origens do conhecimento e da imaginação*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

CASSIRER, Ernest, 1977. *Antropologia filosófica*. Tradução de Vicente Félix Queiroz. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou.

CERTAU, Michel de, 2001. *A invenção do cotidiano: 1 Artes do fazer*, 6 ed. Petrópolis, Editora Vozes.

COSTA, Ilceia T. M. 1996, Memória institucional e representação: do mundo das formas (árvore) ao universo do pensamento (rizoma), in *Informare - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação*. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - CNPq/IBICT, v. 2, n. 2, Jul/Dez., p. 67-72.

CUCHE, Denys, 2003. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*, 2 ed., Bauru, EDUSC.

DIEHL, Astor A, 2002. *Cultura Historiográfica – Memória, identidade e representação*, Bauru, Editora Universidade do Sagrado Coração.

DUARTE, Luiz Fernando Dias, 1997. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social, in CARDOSO, Ruth: *A Aventura Antropológica - Teoria e pesquisa*, 3ª edição, São Paulo, Paz e Terra, p. 69-92.

ECO, Umberto, 1980. *Tratado Geral de Semiótica - Coleção Estudos*, trad. Gilson C.C. de Souza, São Paulo, Editora Perspectiva, nº 37.

FOUCAULT, Michel, 1987. *A arqueologia do saber*, trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 3ª edição, Rio de Janeiro, Forense-Universitária.

GALINDO, Marcos . Documentação, informação & História do Brasil nos Países Baixos. *Monumenta Hyginia: Dagelijkse Notulen*. Recife: CEPE, 2005, v. 1, p. 09-21.

GARDIN, Jean-Claude, 1992. Semiotic Trends in Archaeology, in *Representations in Archaeology*, Bloomington/ Indianapolis, University of Indiana, p. 87-104.

GONZALÉZ DE GOMEZ, Maria N., 1993. A Representação do Conhecimento e o Conhecimento da Representação: Algumas Questões Epistemológicas, in: *Ciência da Informação*, Brasília, IBICT, vol. 22, nº 3, set./dez., p. 217-222.

HALL, Stuart, 2002. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*, 7ª edição, Rio de Janeiro, DP&A Editora.

JEUDY, Henri-Pierre, 1990. *Memórias do Social*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

LEGOFF, Jacques, 2003. *História e Memória*, Campinas, Editora UNICAMP.

LOUREIRO, José Mauro M. . Educação ambiental e memória cultural: a busca da construção de sentidos. In: Mata, Speranza F. da. (Org.). *Educação ambiental: projetivas do século*. Rio de Janeiro: MZ Editora, 2001, v. , p. 38-41.

MOLINO, Jean, 1992. Archaeology and Symbol Systems, in *Representations in Archaeology*, Bloomington/Indianapolis, University of Indiana, p. 15-29.

MORAIS José Luis de, 2002. *A arqueologia e o turismo*, in FUNARI, P.P.A.; PINSKY, J.(org.) *Turismo e Patrimônio Cultural*, São Paulo, Contexto, p. 95-103.

NEWTON, Dolores, 1986. Introdução – Cultura material e história cultural, in *Suma Etnológica Brasileira - Arte Índia*, Rio de Janeiro, FINEP/Vozes, nº 2, p. 15-26.

NÖTH, Wilfred, 1998. *Panorama da Semiótica – De Platão a Peirce*, 2ª edição, São Paulo, Annablume.

NÖTH, Wilfred, 1999. *A Semiótica no Século XX*, 2ª edição, São Paulo, Annablume.

PACHECO, Leila S, 1995. Informação enquanto artefato. *Informare - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação*. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - CNPq/IBICT, v. 1, n. 1, jan./jun., p. 20-24.

PINHEIRO, Lena Vânia R., LOUREIRO, José Mauro M, 1995. Traçados e limites da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, MCT/CNPq/IBICT, v. 24, n. 1, jan./abril, p. 42-53.

ROCCHIETTI, Ana Maria, 1991. Estilo y Diferencia: un Ensayo en Area Espacial Restringida. In: PODESTÁ; LLOSAS; COQUET (eds.). *El Arte Rupestre en la Arquelogia Contemporánea*. Buenos Aires: M.M. Podestá. p. 25-30.

SANTAELLA, Lúcia & NÖTH, Winfried, 1998. *Imagem - Cognição, Semiótica, Mídia*, São Paulo, Iluminuras.

SANTAELLA, Lúcia, 1995. *A teoria geral dos signos - Semiose e autogeração*, São Paulo, Editora Ática.

ZEMAN, Jíri, 1970. O Significado Filosófico da Noção de Informação. In: *O Conceito de Informação na Ciência Contemporânea - Colóquios Filosóficos Internacionais de Royaumont*. Rio de Janeiro: Paz & Terra. p. 154-179.

Recebido em:03/05/2007
Aprovado em:17/06/2007